

ATUAÇÃO POLICIAL FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS: UMA DISCUSSÃO NO 19º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

POLITICAL ACTION AGAINST HUMAN RIGHTS: A DISCUSSION AT THE 19º MILITARY POLICE BATTALION OF THE STATE OF GOIÁS

Medeiros, Welton Fernandes¹
Dos Anjos, Sidney Rodrigues²

RESUMO

Este artigo teve como objetivo fazer uma análise sobre a maneira como os direitos humanos são aplicados na atuação policial, o artigo foi elaborado no 19º BPM, localizado na cidade de Novo Gama – GO, os policiais do batalhão trabalham para adequar a sua conduta com a comunidade com a finalidade de combater o crime sem exceder ou contrariar as legislações pertinentes aos direitos humanos, dessa forma foi realizado um comparativo da maneira de atuação dos policiais militares que acreditam na aplicação dos direitos humanos e dos policiais que acham que não se deve misturar atuação policial com assuntos relacionados aos direitos humanos, a principal proposta do artigo é discutir a visão dos policiais sobre o tema relacionado, dessa forma, foi feito o levantamento dos dados através da análise de um questionário aplicado ao efetivo lotado no batalhão. O trabalho será apresentado através de uma pesquisa de campo, o artigo foi construído com base em uma revisão bibliográfica de autores que abordam o tema alimentando a discussão proposta, o questionário será composto por perguntas fechadas sobre a visão que os policiais militares têm em relação ao seu preparo quando se trata de questões de direitos humanos e da aplicação desses direitos na atuação policial. Através da análise dos dados obtidos é possível constatar que os policiais entendem que as ações de direitos humanos é fundamental para a manutenção da ordem pública e segurança da comunidade.

Palavras -chaves: Direitos Humanos, Segurança, Comunidade, Polícia.

¹ Aluno do curso de formação de praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, eltinho_prep@hotmail.com; Novo Gama, Maio de 2018.

² Professor Orientador: Mestre Professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando de Academia da Polícia Militar de Goiás-CAPM, sidneygpt2014@gmail.com, Novo Gama, Maio de 2018

ABSTRACT

This article had the objective of analyzing how human rights are applied in police action, the article was elaborated in the 19th BPM, located in the city of Novo Gama - GO, the police officers of the battalion work to adapt their conduct with the community with the purpose of fighting crime without exceeding or contravening human rights legislation, in this way a comparison was made of the way of the military police officers who believe in the application of human rights and of the police who do not think that the action should be mixed the main proposal of the article is to discuss the view of the police on the related topic, in this way, a survey of the data was made through the analysis of a questionnaire applied to the full staff in the battalion. The paper will be presented through a field survey, the article was constructed based on a bibliographical review of authors who approach the topic feeding the proposed discussion, the questionnaire will be composed of closed questions about the vision that the military police have in relation to the their preparation when it comes to human rights issues and the application of these rights in police action. Through the analysis of the data obtained it is possible to verify that the police understand that the actions of human rights are fundamental for the maintenance of the public order and security of the community.

Keywords: Human Rights, Security, Community, Police.

1. INTRODUÇÃO

Direitos humanos é muito falado e quase sempre negligenciado dentro da atuação policial, sempre associado a defesa de quem está a margem da sociedade, contudo essa ideia é vazia e muito preconceituosa sem passar por um filtro racional, porém os direitos humanos é um código que visa garantir as liberdades individuais para um convívio social agradável e adequado a todos.

Ampliar a argumentação sobre o tema direitos humanos é essencial para atender o anseio social sobre segurança pública função exercida pela polícia militar. Impensável ter uma sociedade democrática na atualidade sem força policial, pois a polícia é autorizada pelo Estado para garantir a lei e a ordem e se necessário utilizar a força para impor as leis vigentes.

Justificasse esse trabalho ampliar a discussão dos conceitos sobre o tema direitos humanos e atuação policial no 19º batalhão de polícia militar, produzindo um diálogo com os policiais para construção de um novo saber, contudo entender a opinião dos policiais do 19º Batalhão de polícia militar localizado na cidade de Novo Gama-GO.

Qual é a visão dos policiais sobre os direitos humanos? Como usar os direitos humanos na atividade policial? Como a instituição aborda os direitos humanos dentro da corporação? Qual uma saída possível para solucionar o conflito proposto entre atuação policial e direitos humanos?

Falar sobre os direitos humanos e sua abrangência, entendendo e valorizando os seus significados, buscando a opinião dos policiais militares do 19º Batalhão de polícia militar que atuam no policiamento ostensivo ordinário, fazendo assim um paralelo para alcançar uma solução ampla e abrangente. Discutir sobre um tema permeado de preconceito descontrói as bases de tabus e podemos chegar a um consenso mais inteligente.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Bobbio (1992) o sentido e o fundamento dos direitos humanos é a dignidade da pessoa humana, tendo como fundamento essa argumentação devemos observar e valorizar os direitos e garantias individuais, sendo que a pessoa deve agir fazendo algo que entenda como correto, contudo todos os membros da família humana devem reconhecer que a dignidade e os direitos iguais são elementos produtor de liberdade, justiça e paz social. Marrey (2008, p.7) define a declaração dos Direitos humanos como “um marco histórico na luta pela igualdade, liberdade e pela dignidade da pessoa humana”. A declaração universal dos direitos humanos adotado pelas organizações das nações unidas em 1948 em seu artigo 2º corrobora dizendo: “todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”

Para o Celso Lafer (2008) os avanços resultantes da declaração universal sobrepujaram as questões individuais e tiveram reflexos determinantes nas relações entre os Estados signatários, como determina: “A importância da declaração universal dos direitos humanos está na construção de um consenso histórico para a defesa de uma nova ordem internacional em que os direitos humanos ocupam posição central na questão diretiva do relacionamento entre os Estados”. (LAFER,2008. Pg. 16), sendo que os direitos humanos é central na representação sobre um governo democrático. Fernandes e Costa expõem que: “A existência do Estado Democrático de Direito e o respeito por ele originam uma situação em que direitos, liberdades, obrigações e deveres estão incorporados na lei para todos” (Fernando e Costa, 2012, p.85).

Piovesan (2006) declara que o processo de universalização da declaração dos direitos humanos de 1948 pelos países signatários construiu um sistema internacional de garantias desses direitos, sendo que esse sistema é integrado por tratados internacionais de proteção que colocam os direitos humanos como temas centrais, produzindo bases protetivas mínimas dos direitos e garantias individuais. Dallari (2006) contextualiza que os direitos humanos no Brasil sofrem uma grande resistência, pois ficou vinculado ao termo comunismo, posição surgida na época do governo militar, sendo exportada até a atualidade e dando força para argumentações que os direitos humanos protegem criminosos, tendo como principal obstáculo a incompreensão de termo, “é, grande parte, filha da ignorância: é uma compreensão errada, distorcida, incompleta do que são direitos humanos” (Dallari, 2006, p.174).

Uma posição deturpada colabora para o mau entendimento do termo direitos humanos e serve de suporte para a negação de vários direitos civis, políticos, econômicos e sociais sobretudo em prol das populações mais carentes. “Temos hoje um tipo de resistência aos direitos humanos, muito presente em diversos setores da sociedade, inclusive nas universidades: os direitos humanos são para “humanos direitos” (Dallari, 2006, p.180), porém devemos superar as dificuldades na busca de uma melhor convivência, com isso Dallari (2006) estabelece dois caminhos, sendo que primeiramente o diálogo, assim “por mais resistente que alguém seja, a palavra é a maneira de estabelecer um diálogo e de reduzir ao menos as resistências” (Dallari, 2006, p.184). O segundo é aproveitar

todas as oportunidades de falar em direitos humanos, “a sedimentação da ideia de que os direitos humanos são uma exigência da justiça, são exigências da dignidade humana” (Dallari, 2006, p.187).

Bayley (2002) associa o surgimento da força policial aos “atributos de força física, âmbito interno e autorização social definem o conceito polícia.” (BAYLEY, 2002, p. 25), deixando claro que para exigir polícia deve haver uma autorização do Estado, sendo utilizada para solucionar conflitos internos e podendo utilizar a força de forma moderada, para Brodeur (2002, p. 247) salienta que “a função da polícia consiste em lidar com todas as espécies de problemas tendo à sua disposição um poder legítimo do uso da força”, portanto continua Bittner (2003) a polícia é um “órgão de governo mais facilmente acessado e a presença mais visível do poder do Estado tanto para o bem como para o mal” (BITTNER, 2003, p. 30), sendo assim as ações policiais estão intrinsecamente ligados na resolução de conflitos.

3. METODOLOGIA

O presente artigo é uma pesquisa científica que será apresentada à Academia de Polícia Militar de Goiás-APM, sendo que para a conclusão do Curso de Formação de Praças-CFP a elaboração desse trabalho é peça fundamental para a obtenção do título de pós-graduação em segurança pública e polícia comunitária. Entender a opinião dos policiais se faz necessário para um melhor aprendizado da equipe, sendo de extrema importância para a polícia militar que esses profissionais tenham consciência de que sua atuação deve ser baseada nas normas referentes aos direitos humanos, pois a polícia militar é o órgão responsável por manter a preservação da ordem pública

O presente artigo buscou expandir o debate na corporação para entender melhor como funciona a atuação policial frente aos direitos humanos, atuação essa que é usada como elemento presente para o cumprimento da lei. Foi aplicado um questionário estruturado com 4 perguntas a uma amostra de 40 policiais que representa 30% do efetivo, pertencentes ao quadro efetivo do 19º Batalhão da

Polícia Militar localizada na cidade de Novo Gama-GO, foram escolhidos os participantes de forma aleatória.

O presente artigo se justifica, uma vez que se fez necessário entender quais as consequências que a conduta do policial militar promove na sociedade, pois o policial representa de maneira legítima o Estado e para melhor entendimento buscou-se responder as seguintes questões: Qual é a visão dos policiais sobre os direitos humanos? Como usar os direitos humanos na atividade policial? Como a instituição aborda os direitos humanos dentro da corporação? Qual a saída possível para solucionar o conflito proposto entre atuação policial e direitos humanos?

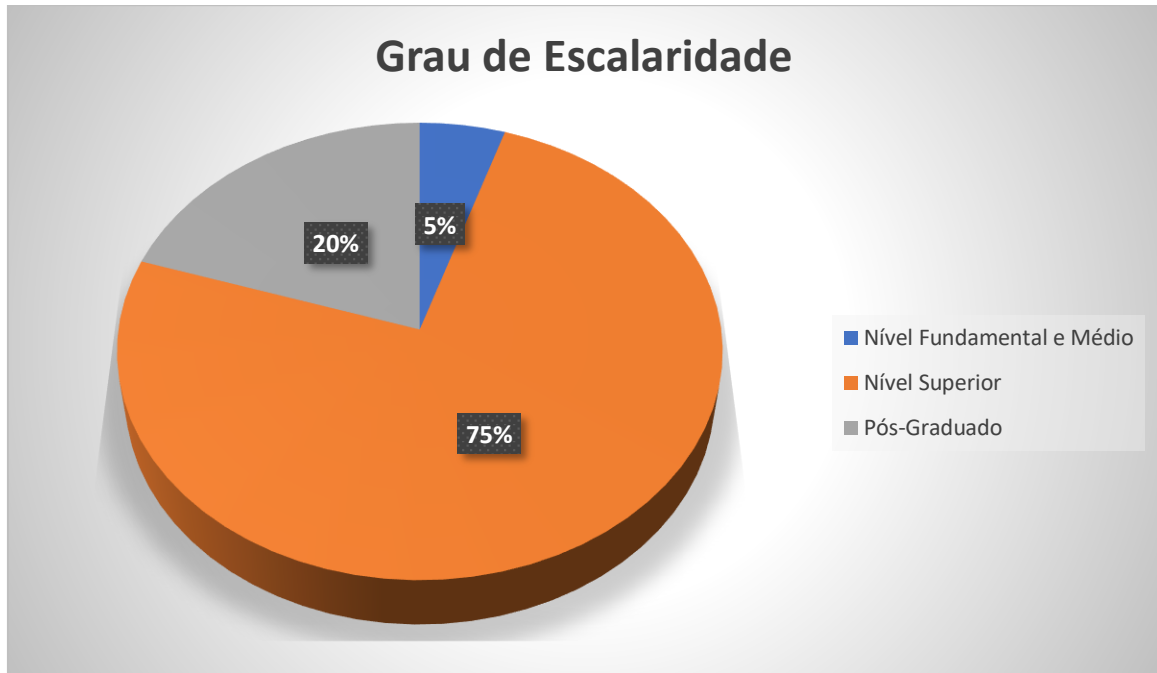
O estudo foi desenvolvido através de um questionário utilizado em pesquisa de campo descritiva que de acordo com Lakatos e Marconi (2009, pg.56) “a pesquisa descritiva envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, questionários e observação sistemática”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho expandiu o debate na corporação para entender melhor como funciona a atuação policial frente aos direitos humanos, atuação essa que é usada como elemento presente para o cumprimento da lei. Foi aplicado um questionário estruturado com 4 perguntas a uma amostra de 40 policiais que representa 30% do efetivo, pertencentes ao quadro efetivo do 19º Batalhão da Polícia Militar localizada na cidade de Novo Gama-GO, foram escolhidos os participantes de forma aleatória, essa pesquisa foi desenvolvida entre os dias 01/05/2018 a 12/05/2018.

Ficou evidenciado que 95% da amostra possui grau de instrução de nível superior, condição extremamente importante para elevar o nível de discussão sobre assuntos sensíveis como os direitos humanos que requer uma profunda reflexão nas ações e nas palavras.

Figura 1



Fonte: Autor, 2018.

Para a amostra quando perguntado: A sua atuação é baseada nos direitos humanos, 75% responderam que sim, contudo é preocupante quando temos os 25% da amostra que não atuam baseado nos direitos humanos, pois como afirma Bobbio (1992) o sentido e o fundamento dos direitos humanos é a dignidade da pessoa humana, tendo como fundamento essa argumentação devemos observar e valorizar os direitos e garantias individuais, pois a polícia deve ser garantidor da lei e suas ações devem promover os direitos e garantias individuais.

Figura 2

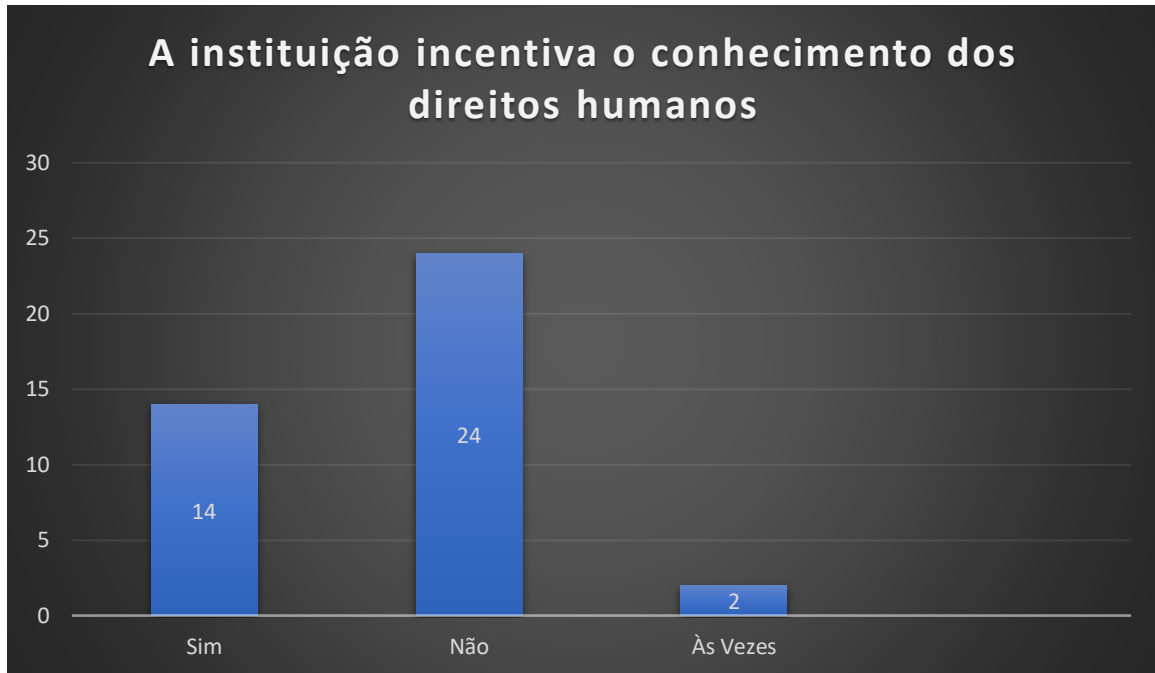


Fonte: Autor, 2018.

O questionamento foi: Você possui conhecimento sobre o tema Direitos humanos, a totalidade da amostra respondeu afirmativamente, ficando ainda mais nítido o dado anterior que alguns elementos da amostra não utilizam os preceitos dos direitos humanos nas suas rotinas de trabalho, portanto a instituição necessitar rever os seus posicionamentos para corroborar com a afirmação de Dallari que “a sedimentação da ideia de que os direitos humanos são uma exigência da justiça, são exigências da dignidade humana” (Dallari, 2006, p.187).

Ao ser arguido: A instituição incentiva o conhecimento dos direitos humanos, 60% da amostra afirma que não, pois argumentam que a instituição não possui programas de reciclagem para falar de direitos humanos, porém como a autora Marrey (2008, p.7) define a declaração dos Direitos humanos como “um marco histórico na luta pela igualdade, liberdade e pela dignidade da pessoa humana”, o policial precisa entender que a maior motivação é a liberdade e garantir esse direito a todos é sua função constitucional.

Figura 3



Fonte: Autor, 2018.

Diante da pergunta: Verifica como essencial na atuação dos direitos humanos no serviço policial, 80% afirma que sim, contudo como afirma Brodeur (2002, p. 247) “a função da polícia consiste em lidar com todas as espécies de problemas tendo à sua disposição um poder legítimo do uso da força” e Bittner (2003) conclui que a polícia é um “órgão de governo mais facilmente acessado e a presença mais visível do poder do Estado tanto para o bem como para o mal” (BITTNER, 2003, p. 30), porém não podemos afirmar que os direitos humanos é a luta de mal contra o bem ou vise e versa, devemos desconstruir conforme afirma Dallari “temos hoje um tipo de resistência aos direitos humanos, muito presente em diversos setores da sociedade, inclusive nas universidades: os direitos humanos são para “humanos direitos” (Dallari, 2006, p.180), pois os direitos humanos são para todos.

Figura 4



Fonte: Autor, 2018.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo em questão foi desenvolvido no 19º Batalhão de Polícia Militar, localizado na cidade de Novo Gama – GO, o objetivo principal desse artigo foi analisar a percepção dos policiais militares em relação aos direitos humanos e a atuação policial. Sendo possível verificar através da análise dos dados, que os policiais do 19º batalhão atuam dentro dos parâmetros da legalidade, ou seja, de acordo com as normas e os tratados de direitos humanos, pois entendem que a polícia deve combater a criminalidade, mas maneira humanizada, levando em consideração os princípios dos direitos humanos.

Com a elaboração desse artigo foi possível inferir que alguns policiais se mostravam resistentes quando o assunto era direitos humanos, porém essa resistência foi quebrada ao se fazer uma análise de que a mudança na forma de abordagem era necessária para acompanhar a mudança das leis e também da sociedade que agora se mostra mais instruída que antigamente.

O artigo foi realizado por uma pesquisa de campo, o projeto foi construído baseado com revisão literária de autores que abordaram sobre o tema,

para se chegar a essa conclusão foi feita a análise dos dados através do estudo de um questionário que foi aplicado aos policiais do 19º batalhão onde foi possível concluir que a forma de atuação voltada aos preceitos dos direitos humanos está atendendo não só as demandas dos policiais, mas também da sociedade que é atendida por esses profissionais.

Sendo assim, foi possível concluir, após a avaliação das informações e dos dados que a atuação da polícia militar deve atender de maneira efetiva ao que reza a nossa Constituição Federal de 1988 no que condiz aos direitos fundamentais do cidadão, buscando sempre agir de acordo com a legalidade e respeitando as normas e tratados de direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYLEY, D.H. **Padrões de Policiamento – Uma Análise Comparativa Internacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, NEV, 2001. p. 11-145.

BITTNER, Egon. **Florence Nightingale procurando Willie Sutton: uma teoria da polícia**. In: Aspectos do trabalho policial. 1.ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2003.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

Dicionário de política. Brasília, UNB, 2004. Cd-Rom.

AFER, C. **A declaração universal dos direitos humanos- sua relevância para a afirmação da tolerância e do pluralismo**. In: Marcílio, M.L. A. (org) A declaração universal dos direitos humanos sessenta anos- sonhos e realidade. São Paulo, Edusp, 2008.

MARREY, L.A.G. Apresentação. In: Béo, C.R.; Sales, D.N.; Almeida, G.A. **Declaração universal dos direitos humanos comentada para o cidadão**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2008.

ONU. **Assembleia Geral das Nações Unidas**. Declaração universal dos direitos humanos. 1948.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e justiça internacional**. São Paulo, Saraiva, 2006.

ANEXO

QUESTIONÁRIO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS – CFP 2017/2018

O presente questionário se destina a coleta de dados para o artigo: ATUAÇÃO POLICIAL FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS: UMA DISCUSSÃO NO 19º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS, que será apresentada à CAPM (Comando de Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás) como requisito para a conclusão de curso do CFP (Curso de Formação de Praça) 2017.

Dados do Entrevistado:

Idade:

Tempo de Efetivo Serviço:

Marque com um “X” as perguntas abaixo

Grau de Instrução: () Ensino Fundamental e Médio () Curso superior () Pós Graduado
() Mestre () Doutor

Sexo: () Masculino () Feminino

Estado civil: () Casado () Solteiro () Divorciado/Separado () Viúvo

ATUAÇÃO POLICIAL FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS: UMA DISCUSSÃO NO 19º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS				
	1	2	3	1-Sim 2- Não 3- Nem Sempre
A sua atuação é baseada nos direitos humanos				
Você possui conhecimento sobre o tema Direitos humanos				
A instituição incentiva o conhecimento dos direitos humanos				
Verifica como essencial na atuação dos direitos humanos no serviço policial				